



ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES DE MATEMÁTICA

Taíse Barbosa Santos¹
Érika Carla Alves Canuto da Costa²

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade apresentar os impactos do Programa Residência Pedagógica (PRP) na formação inicial de professores, do curso de Licenciatura em Matemática do IFPE, Campus Pesqueira. Este que ocorreu como uma prática inovadora de Estágio, promovendo a imersão dos acadêmicos na prática docente e incentivando uma reflexão sobre a própria prática, a partir de suas experiências. A metodologia utilizada nesta pesquisa se deu através de um estudo de caso com o objetivo de se aprofundar sobre este assunto, especificamente nesta realidade, no qual utilizou-se do questionário para a coleta de dados visando coletar informações quanto à percepção dos residentes ao PRP, onde revelou-se que seus frutos refletem direto na qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica, Formação docente, Prática, Impactos, Residentes.

INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 13 da Resolução nº 02/2015, a formação inicial de professores deve oferecer ao licenciando no mínimo,

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; (BRASIL, 2015)

Tal exigência ocorre devido a prática pedagógica exercer uma fundamental importância na formação profissional. Ela é composta pelas disciplinas pedagógicas e o Estágio Curricular Supervisionado, este último é considerado como uma das primeiras experiências oferecida ao estudante que lhes permite estar em contato direto com o seu futuro ambiente de trabalho e fazer ligações entre a teoria e a prática.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, taisebarbosa09@gmail.com;

² Professor orientador: Mestre em Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, erika.canuto@pesqueira.ifpe.edu.br.



Isso nem sempre foi assim, nas licenciaturas havia uma prática conhecida por “modelo 3+1” da prática pedagógica na qual consistia em três anos de disciplinas teóricas ofertadas no início do curso e mais um ano de disciplinas pedagógicas ofertadas no último ano da graduação (SILVA, 2016). Para Pimenta e Lima (2012, p. 41), “a dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicar por que o estágio é unidade de teoria e prática (e não teoria ou prática)”.

Felizmente esse modelo foi superado. De acordo com as ementas das disciplinas anexas ao Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) da licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Pernambuco no Campus Pesqueira (IFPE/Pesqueira), hoje o Estágio Curricular Supervisionado acontece basicamente em duas etapas: observação e regência na Educação Básica, sendo divididas em 4 (quatro) semestres, iniciado à partir da metade do curso, nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, sendo a observação nos estágios ímpares e regências nos pares.

Esse modelo, mesmo sendo um avanço, ainda não contemplava a complexidade da formação docente. Dessa forma, o Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC) e com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), lança o Programa Residência Pedagógica (PRP), o qual foi apresentado no Edital público nacional CAPES nº 06/2018 (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, surge a necessidade de reflexões sobre a formação inicial docente quanto à inserção desses na prática pedagógica, em especial no PRP, levando em consideração a complexidade dos saberes na fase inicial da docência direcionando o problema de pesquisa, a saber, *qual o impacto do Programa Residência Pedagógica na formação dos licenciandos em matemática, a partir da voz dos residentes?*

Portanto essa pesquisa busca encontrar respostas a esse questionamento por meio de um estudo de caso objetivando analisar o impacto na formação inicial do licenciando em Matemática do IFPE/Pesqueira, a partir da sua inserção no Programa Residência Pedagógica.

METODOLOGIA

O objetivo central deste trabalho é analisar os impactos do PRP na formação dos licenciandos em matemática a partir da voz dos residentes do IFPE campus Pesqueira, buscando verificar suas contribuições para a formação profissional.



A partir do estudo metodológico do instrumento que melhor se adaptasse ao tema, escolhido o questionário para coleta dos dados, visando coletar informações quanto à percepção dos residentes em relação ao programa. Sendo assim, formulamos questões semiabertas analisando-as cuidadosamente para que sua interpretação fosse a mais clara possível e nos preocupando também em escrever um breve enunciado, contendo o objetivo da pesquisa e a garantia da confidencialidade da identidade do participante.

O questionário iniciou-se com perguntas de cunho socioeconômico visando facilitar a compreensão do perfil dos residentes, em seguida foi descritas outras dez questões, das quais duas delas foram sobre a participação do residente em atividades extracurriculares e oito foram questionamentos diretamente ligados ao PRP sendo solicitado aos residentes que respondessem de acordo com sua experiência no programa.

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP)

Entendendo o modelo atual limitado e a necessidade de maior investimento na formação de professores, o Governo Federal cria os programas de iniciação à docência para compor a política nacional de formação de professores. O primeiro a ser lançado foi o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), através de seu primeiro Edital nº 02/2009, em 2009, onde inicialmente apresentava-se como uma opção de vivência da prática pedagógica para os que faziam parte do curso de licenciatura (CAPES, 2009)

Contudo, a partir do segundo semestre de 2018, o PIBID passou a ser restrito aos estudantes que cursam os 2 (dois) primeiros anos do curso de licenciatura, isso porque, foi lançado o Programa Residência Pedagógica (PRP) tornando-se o programa voltado aos estudantes que cursam a fase final da licenciatura. Segundo o MEC (2017), o PRP é uma espécie de modernização do PIBID que determina a parceria com instituições formadoras e convênios com redes públicas de ensino, que irão trabalhar em conjunto, no qual se diferenciam pelo fato de um ser uma aproximação da realidade escolar e outro visa a imersão na realidade escolar.

Para chegar ao texto que hoje vigora, alguns Projetos de Leis do Senado (PLS) foram criados e discutidos até chegar em um modelo viável para a aprovação. De acordo com Faria e Pereira (2019) essas adaptações começaram pelas nomenclaturas. Conforme relata, o Projeto do Senado (227/2007), o Senador Marco Maciel criou o primeiro projeto de lei denominado "Residência Educacional" no qual segundo o mesmo, o termo "Residência" foi inspirado na residência médica isso porque o projeto visava colocar o acadêmico recém formado em uma



intensa prática no seu ambiente de trabalho inserido junto com profissionais experientes; e "Educativa" devido ser um projeto atrelado a educação.

Em seguida na nova proposta reformulada pelo Senador Blairo Maggi de nº 284/2012, o termo passa a ser tratado como "Residência Pedagógica" e por final, com a segunda adaptação, feita agora pelo Senador Ricardo Ferraço, o termo passou a ser "Residência Docente".

De acordo com o PLS (227/2007), a proposta apresentada pelo Senador Marco Maciel, visava instituir a "Residência Educacional" a professores da educação básica sendo ela, uma espécie de formação continuada obrigatória (especialização), pois ocorria após a licenciatura. Em seu art. 65, o documento estabelecia duração mínima de 800 horas em que 300 delas seriam de prática de ensino, sendo uma etapa ulterior de formação e após dois anos da vigência da proposta. Essa etapa seria obrigatória e pré-requisito para a certificação de aprovação para atuação do professor nos dois anos iniciais do ensino fundamental e também nos concursos públicos, porém esse projeto acabou sendo arquivado.

Devido à crise vivenciada na formação de professores permanecerem, a proposta do Senador Marco Maciel nº 227/2007 é alterado pelo Senador Blairo Maggi fazendo duas adaptações: o projeto passa a ser "Residência Pedagógica" e exclui o pré-requisito para a atuação docente, "com vista a assegurar os direitos docentes em exercício que não tiveram acesso a essa modalidade formativa" (PLS, 284/2012), mantendo a ideia original de ter 800 horas mínimas de carga horária sendo remunerada por meio de bolsas de estudo.

Mais tarde, em 2014, o Senador Ricardo Ferraço sugere uma nova alteração, no PLS 284/2012, reformulando alguns tópicos. A nova proposta do Senador recomendava a adaptação do termo "residência pedagógica" para "residência docente", mantendo como sendo etapa ulterior à formação inicial, mas, modificando para 1.600 horas, sendo elas divididas igualmente em dois períodos, isto é, com duração mínima de 800 horas de residência docente.

A proposta do senador determinava que a residência docente compreendesse todas as etapas e modalidades da educação básica trabalhadas em conjunto entre sistemas de ensino e licenciaturas, em que os sistemas de ensino ofertariam até 2024, 4% do seu quadro docente em exercício para um número igual ou superior de licenciandos, devendo garantir até 2017 vagas em número correspondente ao mínimo de 0,5%.

Segundo o PLS (6/2014) "a Residência Docente será ofertada a licenciandos que tenham concluído curso de licenciatura há no máximo 3 (três) anos" e o programa será supervisionada pelos docentes da escola de educação básica e coordenada por docentes



graduação onde os participantes receberão bolsas por meio da CAPES. De acordo com o Diário do Senado Federal (2014), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou o projeto em decisão terminativamente com as alterações apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço.

Segundo Faria e Diniz-Pereira (2019), a primeira experiência de residência na formação de professores encontrada foi o Programa de Residência Pedagógica (PRP) implementada desde 2009, no curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). De acordo com o MEC (2018), o Programa de Residência Pedagógica iniciado em 2018 e lançado pela portaria 38/2018:

induz o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado por meio da imersão do licenciando – que já esteja na segunda metade do curso – em uma escola de educação básica. A imersão deve contemplar, entre outras ações, regência de sala de aula e intervenção pedagógica (BRASIL, 2018).

Sendo assim, o PRP refere-se a uma prática inovadora de estágio baseada na parceria entre união, redes de ensino e instituições formadoras no qual estabelece uma maior comunicação entre ambas as partes e é composta por um coordenador Institucional, um docente orientador (professor do Ensino Superior), um docente/preceptor da escola campo e os acadêmicos, denominados Residentes.

O programa determina aos estudantes que fazem a segunda metade do curso (ou seja, a partir do 5º Período) a participação de dois tipos de modalidades: a residência no Ensino Fundamental e a residência no Ensino Médio, onde devem produzir e aplicar atividades diversas como regência, construção de experimentos, oficinas, laboratórios interativos, materiais manipuláveis, jogos educativos além de participar de atividades na Gestão Escolar, acompanhadas por um professor da escola, chamado de Preceptor, com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos 2 intervenções pedagógicas; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades (BRASIL, 2018).

Dessa forma, a Residência Pedagógica, compromete - se a intensificar a aproximação e imersão do acadêmico no ambiente profissional visando melhorar a qualidade da educação Pública Brasileira.

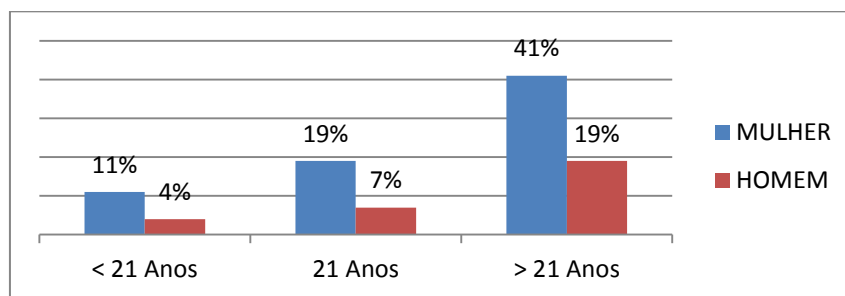


RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) do IFPE, Campus Pesqueira, teve início em agosto de 2018, onde através do Edital nº 001/2018 foram concedidas 24 (vinte e quatro) vagas remuneradas para estudantes que queriam fazer parte do programa. Sabendo disso, foram inscritos 26 (vinte e seis) estudantes, onde 24 (vinte e quatro) foram selecionados. O programa terá duração de até 18 meses.

Ainda foi aberto um segundo Edital de nº 002/2018 com o intuito de complementar o cadastro de reservas para vagas futuras no programa, o qual foi preenchidas por 6 (seis) voluntários. O PRP promove a imersão do licenciando na escola de Educação Básica a partir da segunda metade de seu curso (ou seja, a partir do 5º período), diante da desistência de três selecionados, 1 (um) bolsista e 2 (dois) voluntários, essa pesquisa foi realizada com 27 (vinte e sete) licenciandos, aqui chamados de residentes³, no qual 4 (quatro) deles são voluntários e 23 (vinte e três) bolsistas, todos estudantes do 7º e 8º período já que não houve inscrições de alunos do 5º e 6º período.

Gráfico 1 – Caracterização dos residentes



Fonte: Elaborado pelo autor

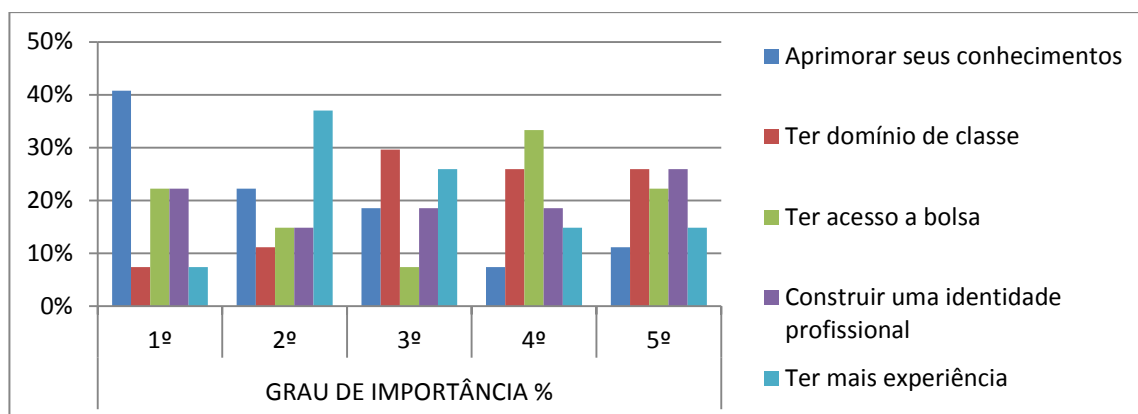
O grupo de residentes do IFPE/Pesqueira possui, aproximadamente, 70% da amostra do sexo feminino e 30% do sexo masculino. Quanto ao período, aproximadamente, 63% estão cursando o 7º e 37% o 8º período. Em relação a localização de moradia, 48% dos alunos residem na cidade de Pesqueira e 52% moram em cidades localizada nos arredores. Quanto à faixa etária, 15% são menores de 21 anos, 26% têm especificamente 21 anos e 60% têm idades compreendidas entre os 22 aos 44 anos de idade. A média das idades dos estudantes ser de 21 anos acontece devido estar cursando a fase final do curso, perfil solicitado pelo Edital.

A segunda questão tratou de uma análise a respeito da motivação do residente à participar do programa, que pretendia verificar o grau de importância que os alunos atribuíam a cada um dos itens citados no gráfico 2. Foram apresentadas 5 (cinco) opções que deveriam

³ Vamos denominar cada sujeito da pesquisa por uma letra, assim estaremos preservando as suas identidades.

ser hierarquizadas, tomando o grau 1 como o mais importante e o grau 5 como o menos importante.

Gráfico 2 – Respostas dos residentes quanto a motivação para participar do PRP



Fonte: Elaborado pelo Autor

Conforme o gráfico 2, verificou-se que 41% dos questionados consideraram que a maior motivação para participar do programa diz respeito ao “aprimoramento do conhecimento”, o que dialoga bem com segunda posição de maior importância ficou com o item, “ter mais experiência” com a indicação de 37% dos participantes. Isto significa que para os acadêmicos, o PRP os impulsionou a procurar desenvolver habilidades que são fundamentais para docência, que até então era visto somente em teoria na universidade e com o programa é possível vivenciá-las na prática pois “[...] a experiência da prática da profissão numa carreira, é crucial na aquisição do sentimento de competência [...]” (TARDIF, 2002, p.107).

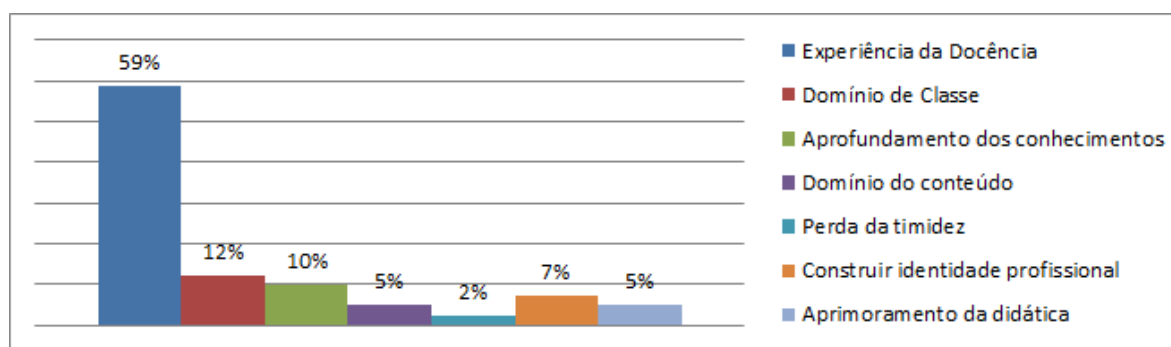
Na sequência, a terceira posição de maior importância ficou com o item, “ter domínio de classe” com a indicação de 30% dos residentes. Isso porque, são muitas as inseguranças que um acadêmico recém-formado possui, e o domínio dessa habilidade só são alcançadas com muita prática, isto é, quanto mais capacitado estiver o profissional, menos dificuldade terá.

Posteriormente ocupando a quarta posição de maior importância ficou com o item, “ter acesso à bolsa”, com a indicação de 33% dos questionados. É válido mencionar a importância da remuneração neste quesito, pois contribui consideravelmente para custear despesas que o programa necessita. Na opinião do Secretário de assuntos educacionais da confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo citado pela ABMES, “o Ministério da Educação vem buscando equiparar a formação do professor à do médico, sem que, no entanto, se corrida a defasagem salarial.” (ARAÚJO, apud Especialistas..., 2013).

E por fim na quinta posição com 26% das indicações ficou o item "construir uma identidade profissional". Segundo Tardif (2002, p. 107) a identidade profissional se dá através dos saberes vivenciados e aprendidos em todo processo de socialização, seja ele familiar, escolar e universitária. Esse processo irá moldando a construção dos saberes experiência ia e assim a identidade profissional vai sendo pouco a pouco construída.

Quando indagados sobre as contribuições do PRP para a formação acadêmica tendo em vista as suas experiências, as respostas dos residentes foram categorizadas em sete categorias, os quais estão apresentados no gráfico 3, é importante destacar que nesta questão alguns alunos disseram mais de uma contribuição.

Gráfico 3 - Respostas quanto às contribuições do PRP para a formação acadêmica



Fonte: Elaborado pelo Autor

Na opinião de 59% dos residentes, o programa contribuiu sim, para a experiência da docência e dentro deste quesito citado de forma genérica, entrou itens específicos comentados pelos questionados como, por exemplo: conhecer o sistema escolar, contato com a gestão escolar, etc. Isto significa que, o PRP, permite a capacitação do acadêmico de forma ampla, possibilitando conhecer e atuar previamente no mercado de trabalho e tendo "*um acesso maior às questões políticas da docência*", como citado pelo residente O.

Com relação às contribuições, 12% descreveram que o PRP colaborou para ganhar experiência no domínio de classe encorajando os acadêmicos a entender que parte do professor a responsabilidade de motivar os alunos e de despertar vocações nos mesmos assim como diz Perrenoud (2000, p.68) em uma de suas competências denominada, envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho.

Empatadas com 5% das indicações ficaram os tópicos domínio do conteúdo e aprimoramento da didática. Com essa intensa imersão no ambiente de trabalho, os discentes descreveram que o PRP oportuniza a prática da didática, assim como também notaram a importância de conhecer o conteúdo. Perrenoud (2000) cita este último item em uma das suas competências, denominada organizar e dirigir situações de aprendizagem, no qual ele expõe

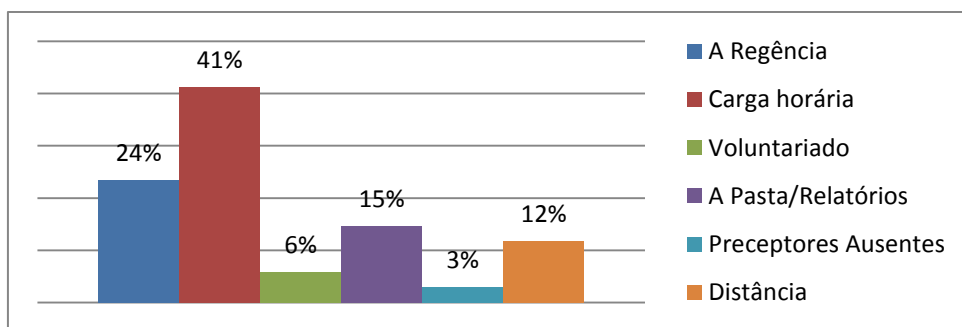


que conhecer os conteúdos não fará a menor diferença se não conseguir relacioná-los a situações de aprendizagem.

Isto significa que, para os participantes há um mesmo nível de importância entre dominar o conteúdo e aprimorar a didática e que ambos devem caminhar juntos, pois um ajudará a compreender o outro e a relacioná-los entre si. Com relação a isso, Perrenoud afirma ser "(...) indispensável que o professor domine os saberes, que esteja mais de uma lição à frente dos alunos e que seja capaz de encontrar o essencial sob múltiplas aparências, em contextos variados" (2000, p. 25). A pesquisa mostrou que 2% dos alunos especificaram a sua dificuldade com a timidez e os mesmos expressaram que o programa ajudou a amenizar esse bloqueio.

Questionados sobre as limitações encontradas no programa (nesta questão alguns alunos disseram mais de um desafio), essas respostas foram organizadas no gráfico 4, o qual mostra que 41% dos residentes descreveram como desafio a exigência do cumprimento da pesada carga horária. Quando citado a regência como sendo um desafio, eles afirmam que alguns itens específicos são: salas superlotadas, déficit de aprendizagem, alunos indisciplinados, entre outros.

Gráfico 4 - Respostas dos residentes quanto aos desafios do PRP



Fonte: Elaborado pelo Autor

Já para 33% dos residentes a logística é apontada como dificuldade, sendo que 15% dos residentes apontaram o preenchimento da pasta e relatórios da residência como dificuldade, e 12% o deslocamento, citando a distância como limitação, pois dado que, todas as escolas de Educação Básica selecionadas para fazer parte do programa estão localizadas na Cidade de Pesqueira, porém nem todos os alunos residem na mesma, e 6% das indicações ficou o item, voluntariado, que se dá a alunos que não recebe bolsa sendo um obstáculo que dificulta a execução do programa.

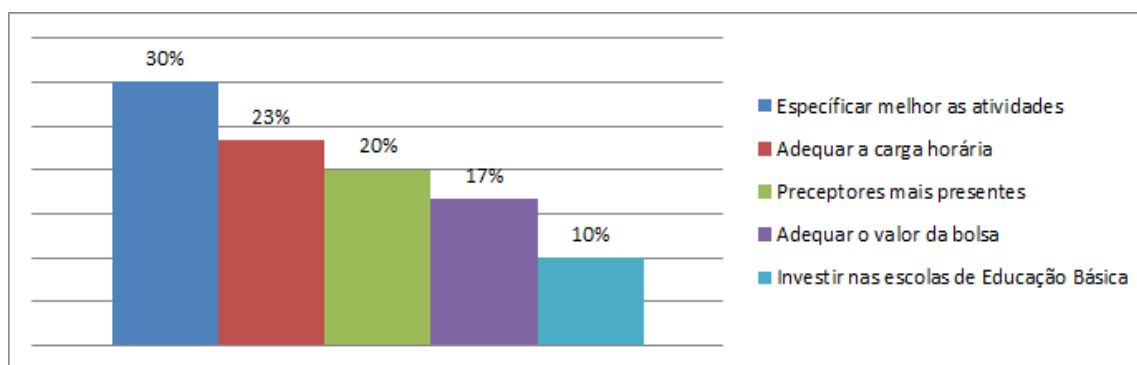
Por fim, com 3% das indicações ficou o item preceptores ausente. Preceptor é o nome dado ao docente da educação básica que acompanha o residente dentro da escola e tem o



papel de orientá-lo em suas atividades no ambiente escolar, sendo responsável por introduzir os licenciados a esta realidade, além de ajudá-los a construírem seus planos de atividades e planejamentos das aulas.

Por último foi perguntado aos residentes quais aspectos eles consideravam importante a serem melhorados no programa (nesta questão alguns alunos disseram mais de um aspecto). E com 30% a maior indicação foi sobre especificar mais as atividades, o que foi explicitado anteriormente.

Gráfico 5 - Respostas dos residentes quanto aos aspectos devem ser melhorados



Fonte: Elaborado pelo Autor

Outro tópico muito comentado pelos discentes na pesquisa, em que 23% deles relataram ser necessário rever e adequar a carga horária exigida, isso se dá também devido os residentes estarem na fase final do curso, o que também demandam muito tempo para fazer o trabalho de conclusão de curso (TCC), e estudar para as disciplinas, conta o residente P.

Com a indicação de 20% dos questionados que mencionaram preceptores mais presentes, segundo os discentes, é essencial esse acompanhamento do preceptor nas atividades e alguns deles se mostram distantes afetando no resultado do programa.

Com 17% ficou o item adequar o valor da bolsa, segundo os residentes a causa da insatisfação com o valor da bolsa, corresponde a ser um valor inferior às necessidades dos residentes para executar o programa.

Por fim, o item “investir nas escolas de Educação Básica” foi mencionado por 10% dos licenciandos. E esse investimento nas escolas, diz respeito a recursos pedagógicos como: laboratórios, recursos tecnológicos, que em algumas delas não possuem, dificultando as aulas e impossibilitando a execução de atividades mais dinâmicas e mais atrativas para os alunos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar as angústias, dificuldades e conquistas da carreira docente através de experiências práticas vivenciadas no PRP pelos acadêmicos da licenciatura em Matemática, momento em que se percebe com mais atenção e detalhes as questões da complexidade dos saberes docente e os impactos dos programas de iniciação à docência na graduação.

Nesse sentido, por meio desse estudo, o PRP mostrou ser um grande progresso na formação dos futuros professores, oportunizando à imersão do licenciando na prática docente podendo presenciar a complexidade dessas questões e a partir delas fortalecer ou não a sua identificação com a licenciatura, possibilitando também desenvolver competências essenciais para a docência, como cita Pimenta (2012).

Resumindo os resultados encontrados no questionário, a maior parte dos residentes percebeu uma alteração no seu desempenho após o programa. Destes a maioria considerou que houve uma melhoria no seu desempenho, apesar dos desafios e limitações e atribuem isso a participação no programa de iniciação a docência residência pedagógica.

Em consequência disso, concluímos que o programa oferece um caminho mais sólido e motivado, aprimorando o conhecimento dos universitários na prática por meio do programa causando impactos diretos na qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 227, de 2007 para instituir a residência educacional a professores da educação básica de autoria do Senador Marco Maciel. **Diário do Senado Federal**, 5 maio 2007. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 284, de 2012. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de autoria do Senador Blairo Maggi. **Diário do Senado Federal**, 08 ago. 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106800>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 6, de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de autoria do Senador Ricardo Ferraço. **Diário do Senado Federal**, 05 fev. 2014. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115998>. Acesso em: 10 ago. 2019

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior cursos de licenciatura. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 2, p. 11, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 09 set. 2019.



_____. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 20 ago. 2019.

_____. **EDITAL CAPES Nº 06/2018:** Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. **EDITAL IFPE/Pesqueira Nº 001 /2018 – RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA CAPES/IFPE:** Seleção de bolsistas para o Programa de Residência Pedagógica do IFPE com apoio da Capes/FNDE/MEC/IFPE. Pesqueira: 2018. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/noticias/edital-de-residencia-pedagogica-oferta-48-bolsas>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. **EDITAL IFPE/Pesqueira Nº 002 /2018 – RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA CAPES/IFPE.** Seleção complementar para cadastro de reserva de vagas futuras no Programa de Residência Pedagógica do IFPE com apoio da Capes/FNDE/MEC/IFPE. Pesqueira: 2018. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/ensino/editais/edital-residencia-complementar-2018.pd>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. Editais e Seleções: **EDITAL CAPES/DEB Nº 02/2009 – PIBID.** Brasília, DF: 2009. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital02_PIBID2009.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. IFPE/Pesqueira: **Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em matemática.** Pesqueira: 2010. Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/licenciaturas/matematica/projeto-pedagogico/projeto-pedagogico_curso-matematica.pdf. Acesso em 19 set. 2019.

_____. Ministério da Educação, **lança Política Nacional de Formação de Professores com Residência Pedagógica.** Brasília: 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/55921-mec-lanca-politica-nacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018>. Acesso em: 05 maio 2019.

ESPECIALISTAS apontam falhas em projeto de Residência Pedagógica. In: *Portal Terra*. Brasília: 2013. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/909>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FARIA, J. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.28, n. 68, p. 333-356, maio/ago. 2019.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Rev. téc. Cristina Dias Alessandrini. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** Rev. téc. José Cerchi Fusari. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação. - Série saberes pedagógicos).

SILVA, K. C. M. O. **Estágio supervisionado na formação inicial de professores: o dito e o não dito nos PPC de licenciatura em química.** 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

TARDIF, Maurice. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p 56.